

Art. 3º O imóvel ora cedido destina-se à construção de uma Vila Olímpica e um Espaço para Educação Infantil, terá vigência pelo prazo de 20 (vinte) anos, a contar da data de assinatura do correspondente contrato, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, a critério e conveniência do órgão competente do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 4º Responderá o Cessionário, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 5º Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros, explícita ou implicitamente, decorrentes do Contrato de Cessão de Uso, sob Regime de Utilização Gratuita, e da legislação pertinente.

MARINA ESTEVES

Ministério do Trabalho e Emprego

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

PORTARIA Nº 311, DE 22 DE MARÇO DE 2012

A SECRETÁRIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 8º do Decreto n.º 05, de 14 de janeiro de 1991 e o art. 19º da Portaria MTE n.º 03, de 01 de março de 2002, resolve:

Art. 1º Cancelar a inscrição n.º 0961540, concedida à empresa ARCOS DOURADOS COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ n.º 42.591.651/0001-43, estabelecida à ALAMEDA AMAZONAS, n.º 253, ALPHAVILLE, BARUERI/SP, CEP: 06454070, no Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT por execução inadequada do referido Programa, retroativamente a novembro de 2006, conforme disposto no Processo n.º 46257.002700/2010-16.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

VERA LÚCIA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DA SECRETÁRIA

Em 9 de março de 2012

Arquivamento.

A Secretária de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, resolve ARQUIVAR os processos de pedido de alteração estatutária dos sindicatos abaixo relacionados, por não cumprir as exigências legais, conforme o disposto no art. 4º da antiga portaria 343/00 ou no art. 5º da atual Portaria n.º. 186/2008

| | |
|------------|---|
| Processo | 46255.001930/2011-51 |
| Entidade | Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Gráfica, da Comunicação Gráfica e dos Serviços Gráficos de Jundiaí |
| CNPJ | 50.981.315/0001-35 |
| Fundamento | NOTA TÉCNICA Nº. 0236/2012/CGRS/SRT/MTE |

Arquivamento.

A Secretária de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Portaria n.º. 186/2008 e Nota Técnica Nº 0242/2012/CGRS/SRT/MTE resolve ARQUIVAR o pedido de Registro Sindical n.º. 46215.011490/2011-16 de interesse do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Portuárias de São João da Barra e São Francisco do Itabapoana, CNPJ: 11.094.274/0001-03, com respaldo nos artigos 51 e 52 da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999..

Pedido de Alteração Estatutária.

A Secretária de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de alteração estatutária, dá ciência do requerido pela(s) entidade(s) abaixo mencionada(s), ficando aberto o prazo de 30 (trinta dias), para que os interessados possam se manifestar nos termos da Portaria Nº 188, de 05 de julho de 2007 e Portaria 186/2008 publicada no DOU em 14 de abril de 2008

| | |
|------------------------|--|
| Processo | 47516.000055/2011-34 |
| Entidade | SINED - Sindicato dos Empregados Domésticos da Grande Florianópolis. |
| CNPJ | 01.690.765/0001-63 |
| Abrangência | Intermunicipal |
| Base Territorial | Florianópolis (sede) e São José-SC. |
| Categoria Profissional | dos empregados domésticos. |

Em 14 de março de 2012

Arquivamento.

A Secretária de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, resolve ARQUIVAR os processos de pedido de registro sindical dos sindicatos abaixo relacionados, por não cumprir as exigências legais, conforme o disposto no art. 4º da antiga portaria 343/00 ou no art. 5º da atual Portaria n.º. 186/2008

| | |
|------------|---|
| Processo | 46268.001219/2011-57 |
| Entidade | SEATI-SP - Sindicato das Empresas de Agenciamento de Transporte Individual Sobre Duas ou Três Rodas - Moto Táxi - do Estado de São Paulo. |
| CNPJ | 13.491.013/0001-52 |
| Fundamento | NOTA TÉCNICA n.º 0237/2012/CGRS/SRT/MTE |

| | |
|------------|--|
| Processo | 46218.005688/2011-31 |
| Entidade | Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Rádio Difusão, Televisão, Estúdios Fotográficos, Produtoras de Audio e Vídeo e Agências de Audio e Vídeo de Santa Cruz do Sul e Região. RS. |
| CNPJ | 10.676.332/0001-44 |
| Fundamento | NOTA TÉCNICA n.º 0238/2012/CGRS/SRT/MTE |

| | |
|------------|---|
| Processo | 46215.012705/2011-16 |
| Entidade | Sindicato dos Trabalhadores em Transportes de Cargas Secas e Molhadas, Inflamáveis e dos Prestadores de Serviços de Volta Redonda e Sul Fluminense. |
| CNPJ | 39.559.752/0001-22 |
| Fundamento | NOTA TÉCNICA n.º 0239/2012/CGRS/SRT/MTE |

| | |
|------------|---|
| Processo | 46219.003497/2011-24 |
| Entidade | SINDSINAL Sindicato das Empresas de Sinalização Viária e Mobilidade Urbana do Estado de São Paulo |
| CNPJ | 13.085.478/0001-03 |
| Fundamento | NOTA TÉCNICA n.º 0240/2012/CGRS/SRT/MTE |

Pedido de Registro Sindical.

A Secretária de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela(s) entidade(s) abaixo mencionada(s), ficando aberto o prazo de 30 (trinta dias), para que os interessados possam se manifestar nos termos da Portaria Nº 188, de 05 de julho de 2007 e Portaria 186/2008 publicada no DOU em 14 de abril de 2008

| | |
|-------------|---|
| Processo | 46306.000412/2011-77 |
| Entidade | SETCARR - Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas de Rondonópolis e Região |
| CNPJ | 13.432.953/0001-70 |
| Abrangência | Intermunicipal |

Base Territorial: Água Boa, Alto Araguaia, Alto Boa Vista, Alto Garças, Alto Taquari, Araguaiana, Araguinha, Barra do Garças, Bom Jesus do Araguaia, Campinápolis, Campo Verde, Canabrava do Norte, Canarana, Cocalinho, Confresa, Dom Aquino, Gaúcha do Norte, General Carneiro, Guiratinga, Itiquira, Jaciara, Juscimeira, Luciara, Nova Brasilândia, Nova Nazaré, Nova Xavantina, Novo Santo Antônio, Novo São Joaquim, Paranatinga, Pedra Preta, Pontal do Araguaia, Ponte Branca, Porto Alegre do Norte, Poxoréo, Primavera do Leste, Querência, Ribeirão Cascalheira, Ribeirãozinho, Rondonópolis, Santa Cruz do Xingu, Santa Terezinha, Santo Antônio do Leste, São Félix do Araguaia, São José do Povo, São José do Xingu, São Pedro da Cipa, Serra Nova Dourada, Tesouro, Torixoréu e Vila Rica-MT.

Categoria Econômica: Empresas de Logística e de Transporte Rodoviário de Cargas Líquidas e sólidas a granel, também chamadas de lotações ou grandes massas. Empresas de transporte rodoviário de: carga fracionada, carga industrial, mudanças, contêineres, produtos perigosos, produtos sob temperatura controlada (isotérmicos e frigoríficos), produtos siderúrgicos, produtos especiais de aço, madeira em toras ou pranchas e bebidas (engradados líquidos).

ZILMARA DAVID DE ALENCAR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 22, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 2º, da Portaria SRT/MTE/N.º. 02, de 25 de maio de 2006, publicada no Diário Oficial da União em 30 de maio de 2006, e;

Considerando o disposto no artigo 5º, da Portaria n.º 02, de 25/05/06;

Considerando o disposto no parecer da Assessoria Técnica deste Gabinete;

Considerando ainda, o contido no processo n.º. 46220.003338/2011-91, resolve:

Art. 1º - Homologar o Plano de Cargos e Salários da POU-SADA DOS SONHOS.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO MINOTTO

PORTARIA Nº 27, DE 6 DE MARÇO DE 2012

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 2º, da Portaria SRT/MTE/N.º. 02, de 25 de maio de 2006, publicada no Diário Oficial da União em 30 de maio de 2006, e;

Considerando o disposto no artigo 5º, da Portaria n.º 02, de 25/05/06;

Considerando o disposto no parecer da Assessoria Técnica deste Gabinete;

Considerando ainda, o contido no processo n.º. 46220.000599/2012-30, resolve:

Art. 1º - Homologar o Plano de Cargos e Salários da FUNDAÇÃO CASAN - FUCAS.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO MINOTTO

PORTARIA Nº 35, DE 14 DE MARÇO DE 2012

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, fulcrado na Lei n.º 605/49, regulamentada pelo decreto n.º 27.408, de 12/08/49, e, considerando ainda o disposto nos autos do processo n.º 47515.000237/2012-04, resolve:

I - Autorizar o funcionamento da Unidade Organizacional, Banco do Brasil S.A., por seu CSO COMPE Florianópolis, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.000.000/1466-41, no dia 19 de março de 2012, na cidade de São José (SC), observando a relação de funcionários em anexo ao processo administrativo n.º 47515.000237/2012-04;

II - Condicionar a manutenção desta autorização, a apresentação de instrumento coletivo, cumprindo as formalidades dos artigos 612, 613 e 614 da Consolidação das Leis do Trabalho;

III - Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

RODRIGO MINOTTO

PORTARIAS DE 20 DE MARÇO DE 2012

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial n.º 1.095, de 19/05/2010, publicada no DOU, de 20/05/2010, resolve:

Nº 37 - Conceder autorização a empresa KLABIN S.A., inscrita no CNPJ sob o n.º 89.637.490/0136-38, para reduzir o intervalo destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, na Unidade I, estabelecimento situado na Rodovia BR 116, km 247, Área Industrial, CEP 88514-680, na cidade de Lages (SC), nos exatos termos prescritos parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo o pleito de renovação, ser protocolado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e à alimentação. Deverá a Empresa Requerente, observar o horário constante às folhas 01 e 128 deste administrativo. Esta autorização estará sujeita a cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da prefalada Portaria, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. (Processo n.º 46220.004956/2011-58).

Nº 38 - Conceder autorização a empresa KLABIN S.A., inscrita no CNPJ sob o n.º 89.637.490/0135-57, para reduzir o intervalo destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, na Unidade II, estabelecimento situado na Rodovia BR 282, km 0, bairro Guarujá, CEP 88520-211, na cidade de Lages (SC), nos exatos termos prescritos parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo o pleito de renovação, ser protocolado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e à alimentação. Deverá a Empresa Requerente, observar o horário constante às folhas 01 e 71 deste administrativo. Esta autorização estará sujeita a cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da prefalada Portaria, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. (Processo n.º 46220.004963/2011-50).

RODRIGO MINOTTO

Ministério dos Transportes

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 59, DE 22 DE MARÇO DE 2012

Aprova o enquadramento do projeto de exploração, mediante concessão, do Complexo Viário e Logístico de Suape - Express Way, sistema constituído por malha rodoviária estadual de titularidade da Concessionária Rota do Atlântico S.A, no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI.

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, no uso da competência que lhe confere o art. 87, Parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal; o art. 27, inciso XXII e § 8º, da Lei n.º 10.683, de 28 de maio de 2003; a Lei 11.488, de 15 de junho de 2007; tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto n.º 6.144, de 03 de julho de 2007; bem como o art. 7º, da Portaria GM n.º 89, de 04 de abril de 2008, alteradas pelas Portarias n.ºs 131, de 19 de maio de



2008 e 195, de 29 de julho de 2010; e o que consta dos autos formalizados junto a este Ministério dos Transportes através de registro pelo processo nº 50000.004108/2012-91, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de exploração, mediante concessão, do Complexo Viário e Logístico de Suape - Express Way, sistema constituído por malha rodoviária estadual, nos municípios de Santo Agostinho e Ipojuca, no Estado de Pernambuco, de titularidade da Concessionária Rota do Atlântico S.A., conforme descrito no Anexo I da presente Portaria.

Art. 2º O impacto decorrente da aplicação do REIDI sobre as tarifas deverá ser considerado pelo Poder Concedente, SUAPE - Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, empresa pública estadual, cosoante ao estabelecido pelo Contrato de Concessão do Complexo Viário e Logístico de Suape CT.Nº 043/2011.

Art. 3º Os autos do processo nº 50000.004108/2012-91 ficarão arquivados e disponíveis neste Ministério, para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SÉRGIO PASSOS

| ANEXO I | |
|---------------------------|--|
| Projeto | Construção e exploração, mediante concessão, do Complexo Viário e Logístico de Suape - Express Way, sistema constituído por malha rodoviária estadual. |
| Tipo | Concessão Rodoviária |
| Pessoa Jurídica Titular | Concessionária Rota do Atlântico |
| CNPJ | 13.799.190/0001-09 |
| Localização | Estado de Pernambuco |
| Enquadramento | Art. 1º, da Portaria GM nº 89 de 04 de abril de 2008 |
| Identificação do Processo | Processo nº 50000.004108/2012-91 |

PORTARIA Nº 60, DE 22 DE MARÇO DE 2012

Aprova o enquadramento, como prioritário, do Projeto de Investimento em Infraestrutura no Setor de Transportes Rodoviário, proposto pela Sociedade de Propósito Específico - SPE, Concessionária Rodovias do Tietê S.A., para fins de emissão de debêntures incentivadas.

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, no Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, e na Portaria nº 09, de 27 de janeiro de 2012, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento, como prioritário, do projeto de investimento em infraestrutura no setor de transportes rodoviário proposto pela Concessionária Rodovias do Tietê S.A., no denominado Corredor Marechal Rondon Leste, no Estado de São Paulo, para fins de emissão de debêntures incentivadas, conforme descrito no Anexo desta Portaria.

Art. 2º Os autos do Processo nº 50000.007338/2012-11 ficarão arquivados e disponíveis neste Ministério, para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SÉRGIO PASSOS

| ANEXO | |
|-------------------------------|--|
| Projeto | Duplicação de 33,1 km da rodovia SP-101, que liga as cidades de Campinas e Tietê, e de 51,3 km da SP-308, que liga as cidades de Piracicaba e Salto; construção dos contornos de Piracicaba e Maristela, com 8,9 km e 3,2 km, respectivamente; construções de marginais, faixas adicionais e acostamentos em todo o trecho concedido; recapeamento e troca de elementos de segurança e sinalização de todas as referidas rodovias. |
| Denominação Comercial | Concessionária Rodovias do Tietê |
| Razão Social | Concessionária Rodovias do Tietê S.A. |
| CNPJ | 10.678.505/0001-63 |
| Relação das Pessoas Jurídicas | - Ascendi International Holding B.V. - Leão & Leão Ltda. - Cibe Investimentos e Participações S.A. |

| Relação dos Documentos Apresentados |
|---|
| - Formulário de Cadastro do Projeto da SPE (Anexo I). - Formulário de Demonstração dos Fluxos de Caixa (Anexo II). - Quadro Anual de Usos e Fontes do Investimento (Anexo III). - Ata da Assembléia Geral de Constituição da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral. - Relação de Pessoas Jurídicas. |

- Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
- Contrato de Compra e Venda de Ações e Cessão de Créditos na Concessionária do Tietê (Entre Opway-Engenharia S.A e Ascendi Internacional Holding B.V.).
- Instrumento Particular de Contrato celebrado em 16.04.2009, entre a Heber Participações S.A., a Equipav S.A. - Pavimentação, Engenharia e Comércio e a Cibe Investimentos e Participações S.A..
- Mapa de Usos e Fontes distribuído por ano e por obras a serem realizadas.

Local de Implantação do Projeto: Rodovias que integram a Concessão do denominado Corredor Marechal Rondon Leste, no Estado de São Paulo.

SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS
ADMINISTRATIVOS

PORTARIA Nº 126, DE 22 DE MARÇO DE 2012

O SUBSECRETÁRIO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, no uso das atribuições legais, previstas no inciso VII do art. 1º da Portaria/SE-MT nº 281, de 5 de outubro de 2010, publicada no Diário Oficial da União nº 192, de 6 de outubro de 2010, e

Considerando as conclusões proferidas pelo Fiscal do Contrato nº 43/2010-MT, por meio do Despacho nº 139/2012-CGRH, datado de 13/03/2012 e as sugestões apresentadas pelo Serviço de Atos e Contratos - SEAC, constantes do Processo nº 50000.007011/2012-31, nos termos do inciso VIII da Cláusula Décima Sexta do referido Contrato, resolve:

Art. 1º Aplicar à empresa PRESTACIONAL CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA., cadastrada no CNPJ sob o nº 05.496.394/0001-34, a penalidade de multa no percentual de 1% (um por cento) do valor total do contrato, com o respectivo registro no SICAF (Sistema de Cadastro de Fornecedores da Administração Pública Federal) pelo descumprimento da Cláusula Décima - Das Obrigações da Contratada, item "II" do Contrato nº 43/2010-MT.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MOACYR ROBERTO DE LIMA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES
AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 2.416, DE 15 DE MARÇO DE 2012

Autoriza a Empresa P2 Navegação Offshore S.A., a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na navegação de apoio marítimo, com a finalidade específica de obter financiamento no fmm e o pré-registro de embarcação em construção no registro especial brasileiro - REB, sem direito a afretamento de embarcações.

O DIRETOR-GERAL EM EXERCÍCIO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, nos termos do Decreto nº 2.256 de 17 de junho de 1997, considerando o que consta do processo nº 50301.000227/2012-81 e tendo em vista o que foi deliberado na 311ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 15 de março de 2012, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa P2 NAVEGAÇÃO OFFSHORE S.A., CNPJ nº 13.944.522/0001-93, com sede na av. Brigadeiro Faria Lima, nº 2055, 9º andar, conj. 92, sala H, Jardim Paulistano, São Paulo-SP, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na navegação de apoio marítimo, com a finalidade específica de obter financiamento no FMM e o pré-registro de embarcação em construção no Registro Especial Brasileiro - REB, sem direito a afretamento de embarcações, na forma e condições fixadas em Termo de Autorização pertinente.

Art. 2º O Termo de Autorização de que trata o artigo anterior entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

TIAGO PEREIRA LIMA

RESOLUÇÃO Nº 2.417, DE 15 DE MARÇO DE 2012

Autoriza a Empresa Nutriama Ltda., a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na navegação interior, com a finalidade específica de obter pré-registro de embarcação no registro especial brasileiro - REB, para a construção de embarcações em estaleiro brasileiro, nos termos da Resolução nº 1558-ANTAQ.

O DIRETOR-GERAL EM EXERCÍCIO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50305.003543/2011-93 e tendo em vista o que foi deliberado na 311ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 15 de março de 2012, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa NUTRIAMA LTDA., CNPJ nº 34.927.582/0001-78, com sede na rua Guanabara, nº 21, Pacoval, Macapá-AP, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na navegação interior, com a finalidade específica de obter pré-registro de embarcação no Registro Especial Brasileiro - REB, para a construção de embarcações em estaleiro brasileiro, nos termos da Resolução nº 1558-ANTAQ, na forma e condições fixadas em Termo de Autorização pertinente.

Art. 2º O Termo de Autorização de que trata o artigo 1º entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

TIAGO PEREIRA LIMA

RESOLUÇÃO Nº 2.418, DE 15 DE MARÇO DE 2012

Autoriza a Empresa Cia. Norte de Navegação e Portos - CIANPORT, a operar, como empresa brasileira de navegação, na navegação interior, com a finalidade específica de obter financiamento do fundo de marinha mercante - fmm para a construção de embarcação em estaleiro brasileiro, sem direito a afretamento de embarcação.

O DIRETOR-GERAL EM EXERCÍCIO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, nos termos do Decreto nº 2.256 de 17 de junho de 1997, considerando o que consta do processo nº 50300.000355/2012-34 e tendo em vista o que foi deliberado na 311ª Reunião Ordinária, realizada em 15 de março de 2012, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa CIA. NORTE DE NAVEGAÇÃO E PORTOS - CIANPORT, CNPJ nº 14.789.807/0001-60, com sede na av. Ernestino Borges, nº 1198, Jesus de Nazaré, Macapá-AP, a operar, como empresa brasileira de navegação, na navegação interior, com a finalidade específica de obter financiamento do Fundo de Marinha Mercante - FMM para a construção de embarcação em estaleiro brasileiro, sem direito a afretamento de embarcação, na forma e condições fixadas em Termo de Autorização pertinente.

Art. 2º O Termo de Autorização de que trata o artigo anterior entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

TIAGO PEREIRA LIMA

RESOLUÇÃO Nº 2.423, DE 19 DE MARÇO DE 2012

Adita o Termo de Autorização nº 757-ANTAQ, da Empresa Fluvialmar Navegação Ltda. - ME

O DIRETOR-GERAL EM EXERCÍCIO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV, do art. 54, do Regimento Interno, à vista dos elementos constantes do processo nº 50301.002003/2009-16 e tendo em vista a aprovação do Superintendente de Navegação Marítima e de Apoio, conforme delegação contida na Portaria nº 033/2009-DG, de 23 de janeiro de 2009, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 757-ANTAQ, de 8 de junho de 2011, para alterá-lo, passando a vigorar na forma e condições fixadas no 1º Termo Aditivo do referido Termo de Autorização, em decorrência de alteração de endereço.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

TIAGO PEREIRA LIMA

1º ADITAMENTO AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº 757, DE 8 DE JUNHO DE 2011

O DIRETOR-GERAL EM EXERCÍCIO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 4º, inciso VI, do Regimento Interno, e com base nos arts. 43 e 44 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001, e na Resolução nº 843-ANTAQ, de 14 de agosto de 2007, alterada pela Resolução nº 879-ANTAQ, de 26 de setembro de 2007, considerando o que consta do Processo nº 50301.002003/2009-16 e tendo em vista a aprovação do Superintendente de Navegação Marítima e de Apoio, conforme delegação contida na Portaria nº 033/2009-DG, de 23 de janeiro de 2009, resolve: